

Vítor Oliveira Jorge

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

## *Critérios de apreciação e valoração do professor universitário: algumas notas a partir da experiência de um docente de “ciências humanas”*

### Resumo

Neste breve texto equacionam-se alguns dos critérios que devem presidir à avaliação de docentes universitários. Basicamente, tais critérios são os da coerência do *curriculum*, capacidade de inovação, grau de internacionalização, reconhecimento (credibilidade) pela própria comunidade científica nacional (e em particular pela universidade), publicações efectuadas (discernindo o contributo próprio em cada uma e a sua importância e impacto), orientação de pós-graduações, e mérito pedagógico. A coerência será talvez o aspecto mais importante, uma vez que abrange todos os outros, pois se relaciona com a totalidade do percurso e perfil científico-pedagógico do indivíduo, incluindo o que dele legitimamente se pode esperar em termos de futuro. Trata-se obviamente não tanto de uma questão de quantidade, mas de qualidade relativa, e de perfeita adequação ao que se exige de um docente/investigador no âmbito da Universidade.

### Abstract

This article provides an overview of some of the basic criteria for the academic assessment of university teachers, namely, a coherent curriculum vitae, innovation, international activities, recognition (credibility) by the national scientific community (particularly the university), publications (each one's contribution and its importance and impact), supervision at post-graduate level and pedagogical merit. Coherence is perhaps the most important as it integrates all the others, since it intimately reflects the individual's career as a whole, his/her pedagogical and scientific background, and also all that which can be legitimately expected from him/her in the future. Obviously it is not a matter of quantity, but of relative quality, as well as being perfectly adapted to the teaching and researching demands established by the individual's university.

*Ao Prof. Doutor José Marques, colega e amigo, investigador e professor seriíssimo e honestíssimo, com quem tive diversas vezes oportunidade de trocar impressões sobre estes temas*

Num momento em que, cada vez mais, quando abrem concursos para lugares do quadro das Universidades públicas, se apresentam numerosos candidatos, criando-se às vezes situações de conflitualidade (por parte dos candidatos) e de embaraço ou dificuldade de decisão (por parte dos júris), julga-se pertinente pôr por escrito uma série de reflexões. Estas, sendo naturalmente pessoais e subjectivas (e portanto forçosamente incompletas e parciais), destinam-se sobretudo a ser comentadas, e obviamente corrigidas e melhoradas, por outros, evidentemente que no quadro da legislação em vigor.

A decisão de um júri universitário reporta-se a elementos de carácter científico e pedagógico, nos quais ele é soberano, por ser a entidade especificamente competente para o efeito. Por mais que nessas matérias se queira ser objectivo, ou até fixar um conjunto de regras orientadoras do trabalho de quem julga, essa atitude nunca pode dispensar o aspecto eminentemente qualitativo da decisão ponderada do júri.

Até porque as áreas científico-pedagógicas para as quais abre determinado concurso são por vezes muito amplas, e o perfil de cada candidato naturalmente muito específico.

Por outro lado, não há regras rígidas, formalizadas, para a elaboração de *curricula*, nem mesmo até de relatórios de disciplinas, o que, a juntar à natural heterogeneidade dos candidatos, origina a necessidade de ponderação muito cuidada de diversos factores. Comparar é sempre difícil, sobretudo perfis e percursos heterogéneos; comparar para julgar do mérito relativo de outros, é tarefa muito delicada. Mas tarefa necessária, e componente essencial da missão do docente universitário no topo da hierarquia – o Estado paga-lhe, também, para isso: para arcar com as maiores responsabilidades e com as decisões, por vezes, mais difíceis, dentro das funções que lhe estão atribuídas.

A montante dos trabalhos dos docentes/investigadores que integram júris, encontra-se a administração – verificando se a lei se cumpre e se em todo o processo não há vícios de forma – e a juzante os tribunais, quando a eles alguém entenda recorrer, no exercício dos seus direitos.

Uns e outros, cada qual com seu papel, distinguem-se perfeita e claramente da missão e função dos júris de concursos para o preenchimento de lugares de professores universitários, júris esses que são obviamente insubstituíveis, porque só eles têm competência para se pronunciar sobre questões científico-pedagógicas. É para isso que são nomeados.

Segundo o ECDU – Estatuto da Carreira Docente Universitária (art.º 38), os elementos em apreciação, quando se julga o mérito de um candidato a professor do quadro – professor associado ou professor catedrático – são:

- mérito da obra científica;
- capacidade de investigação;
- valor da actividade pedagógica.

No caso dos candidatos a professores associados, a avaliação do mérito científico-pedagógico dos candidatos admitidos tem de fazer-se através do respectivo *curriculum vitae*, e do relatório de uma disciplina por cada um apresentado. Quando se trata de concursos para professores catedráticos, tal mérito é só julgado através do *curriculum*.

O facto do candidato a professor associado ter realizado provas de agregação não lhe dá automática superioridade, ou prioridade, sobre outros concorrentes. Mas tais provas, por serem públicas (as últimas depois do doutoramento, em regra), e por conterem óbvia componente pedagógica e científica (aula dada pelo candidato, avaliação do seu *curriculum* e do relatório sobre uma disciplina) devem também evidentemente ser tomadas em conta no conjunto das qualificações do candidato em apreço.

As reflexões que vão seguir-se não pretendem ter nada de particularmente original, constituindo apenas um apontamento que muito deve à experiência própria e a trocas de impressões com outros colegas, desde há mais de 20 anos. Todavia, estou particularmente devedor, relativamente a alguns tópicos a seguir apontados, aos Profs. Luís Reis Torgal, da Faculdade de Letras de Coimbra, Luís Adão da Fonseca, da Faculdade de Letras do Porto, e Maria Manuela Martins, da Universidade do Minho, pelas utilíssimas achegas que conversas tidas pessoalmente com eles me proporcionaram.

Um *curriculum* é mais uma questão de qualidade, do que de quantidade. Ou seja, uma pessoa mais velha, ou há mais anos na carreira, ou com maior número de títulos publicados, não é necessariamente mais valiosa do que outra – do ponto de vista dos contributos já dados ou das missões que lhe compete cumprir na função para que concorre - com diferentes características. Por outro lado, como é óbvio, a pertinência da ocupação de um lugar não pode depender de circunstâncias ou considerações, no limite, quase “caritativas”, em que uma pessoa à beira da reforma ou jubilação teria o benefício de primazia.

A decisão mais favorável em relação a alguém também não pode ser um prémio por esforço feito, ou por serviços prestados em tarefas administrativas ou de gestão, por mais relevantes que sejam (os chamados “serviços prestados à Casa”) que se não encontram mencionadas na lei. Pelo contrário: o lugar ou lugares em competição deve(m) ser atribuído(s) aos que, por provas dadas, se revelaram melhores investigadores, docentes, e incentivadores da qualidade da pesquisa, que é normalmente sempre uma actividade de grupo, ou, no mínimo, feita em relação com outros.

Tal pesquisa não pode ser tão diversificada tematicamente – com o argumento da prática de uma pretensa interdisciplinaridade, ou “maleabilidade”, ou

“curiosidade científica diversificada” do autor em apreço – que mostre, afinal, pouca coerência, persistência, ou profundidade. Mas também, no extremo oposto, os resultados públicos dessa investigação não devem ser tão repetitivos e limitados no seu âmbito que, no final de contas, acabem por revelar um “especialista” fechado sobre si próprio, incapaz provavelmente de despertar vocações nos outros (numa gama suficientemente vasta de outros). Ou, no limite, um “erudito” confinado a uma temática pouco articulada com os problemas do presente, de que nenhum saber se pode, em última análise, alhear, até para cativar – pela melhor forma – o seu auditório.

As perguntas fundamentais a fazer por um avaliador, são: qual, afinal, o “núcleo duro” da investigação de uma pessoa, ao longo do seu trajecto pós-doutoral? Tem a referida pessoa consciência dele, visão auto-reflexiva, crítica, sobre o seu próprio trabalho, e respectiva evolução? A temática abordada desenvolveu-se com o tempo (nomeadamente após o doutoramento), amadureceu, em qualquer sentido, ou estagnou, produzindo apenas “mais do mesmo”, quando não repetindo sistematicamente as mesmas coisas já ditas aquando da apresentação da referida tese de doutoramento? Revela a pessoa postura de risco, atitude de abertura, ou ao contrário, tendência para o fechamento, em temas escolhidos e metodologias adoptadas? O docente/investigador baseou, através de estudos substanciais, de documentos comprovativos, as suas afirmações e “conclusões”, ou propostas interpretativas? Os seus objectos de trabalho são de natureza limitada, “paroquial”, descritiva, ou revelam-se capazes de se articular com problemáticas mais gerais, visões mais abrangentes, relações mais transversais?... Como pode um bom docente estimular estudantes se não tiver, ele próprio, essa marca de juventude, de inovação, de alguma originalidade, no seu próprio pensamento?... No fundo, que contributos fundamentais deu, em termos de “viragem de perspectivas” e de acrescentamento de conhecimentos sólidos, documental e argumentativamente demonstrados, para uma determinada temática?

É sobre este cerne de questões que deve pender a apreciação qualitativa do júri – trabalho muito difícil e demorado, que normalmente é realizado pelos membros nomeados no meio de muitas outras tarefas académicas (aulas, pesquisas, direcções de teses, trabalho burocrático, etc.), e onde cada um dos elementos do júri não ganha mais por se disponibilizar para fazer um “trabalho de casa” mais profundo. Trata-se porém de algo que a sua consciência deve exigir, por estar a decidir sobre o futuro de outros colegas – uma tarefa de muita responsabilidade.

Um docente universitário não se pode mover provincianamente no quadro limitado da sua Faculdade, região, ou país. Uma Universidade é uma realidade aberta ao mundo. Mas o docente universitário também não pode ser – no extremo oposto – quase que, no limite e por caricatura, uma especial variedade

pós-moderna de “turista cultural”, que frequenta congressos constantemente a apresentar versões diferentes de um mesmo trabalho, trabalho esse que, entre aviões e aulas, reuniões, e outras tarefas, etc., nunca tem tempo para aprofundar. Esse tipo de “homem-cápsula”, sempre capaz de dizer algo interessante sobre qualquer tema, está no ensino superior por acaso ou por equívoco, pois não tem perfil de verdadeiro investigador/docente, aquilo que dantes se chamava um “pensador” ou um “intelectual”, ou um “cientista” – palavras que estão em desuso, por traduzirem conteúdos decadentes, mas que também se reportam a alguns valores que se mantêm. E esses valores são a capacidade de se distanciar da vida corrente para produzir trabalho de reflexão demorada e solidamente baseada. Única forma de criar valor transmissível.

Qual a linha subjacente ao percurso de um candidato, às suas saídas para o estrangeiro, qual o norte que orienta a sua pesquisa e as suas indagações e intervenções no exterior?... Eis o que é preciso ajuizar. Se um indivíduo, hoje em dia, obrigatoriamente “está em rede” com muita gente, está-o mais a título de gestor, de coordenador de acções para as quais não tem um objectivo científico de fundo, visando apenas a notoriedade através do preenchimento de tarefas burocráticas (que os verdadeiros investigadores raro desejam)?

Ou, pelo contrário, nota-se nas suas variadas publicações, movimentações e diversas actividades, reflexos do amadurecimento que os contactos internacionais lhe proporcionaram, evolução nas ideias, que a troca de contactos lhe permitiu? Qual a relação entre a sua acção e a sua reflexão? Qual a articulação entre os espaços em que circula e a amplitude de projectos e visões que formula, de vontades que congrega, de temas que desenvolve, de orientações de outros que prossegue? E, a propósito de orientações, a pessoa em causa orienta mesmo os outros? Nota-se a sua marca nos trabalhos produzidos, a criação de uma escola, ou apenas uma acumulação desconexa de assuntos que podem provocar admiração, mas não suscitam profundo respeito?...

Mais uma vez nos encontramos perante o problema da relação entre qualidade e quantidade, nunca devendo a segunda obscurecer a primeira, nem podendo admitir-se que, quem julga outrem, se possa “deixar levar” por aparências.

A palavra-chave na qualidade de um *curriculum* é coerência: o podermos vislumbrar uma articulação inteligente, orientada, mas aberta, entre todas as actividades a que um indivíduo se dedica.

É óbvio que qualquer juízo pressupõe uma ética de profundo respeito pelos outros; tem de ser feito adentro, naturalmente, de uma profunda consideração pela variedade (que é a riqueza maior) dos seres humanos, e carácter único de cada um. E dentro de um espírito de compreensão pelos condicionalismos que a vida traz às pessoas, dificultando a umas uns aspectos, e promovendo-os noutras,

e vice-versa. Mas cada cidadão escolhe, em parte, o seu percurso; e, numa sociedade democrática, há escolhas possíveis que a maior ou menor imaginação (ou falta dela) e o maior ou menor conservadorismo permitem, ou não, aproveitar. Nenhum indivíduo, para ser muito bom em alguma coisa (e assim se tornar útil à instituição, ou instituições, que serve na sua vida), pode sonhar com uma trajectória sem esforço, sem sobressaltos, sem luta, sem perdas e ganhos – uma vida “burguesa” de horários bem escalonados e, terminado “o trabalho”, remanso em família. Essa visão idílica não a teve nenhum dos criadores de saber que ficou na história, e que constituiu parte do património que nós hoje ensinamos e que procuramos prosseguir. Mas a vida do professor/docente universitário também não pode ser algo que o impeça de se realizar integralmente como pessoa, e como cidadão como os outros que de facto é – os Beethovens e Einsteins são raros, e a quantidade (extensão do sistema de ensino) incompatível com uma visão aristocrática ou elitista. Temos de viver com o muito bom, com o bom, e com o vulgar, tentando pelo menos evitar o mau...

Nunca podemos ser demasiado rígidos em nenhum juízo, pois tal rigidez é desumana e injusta, necessariamente; mas também não podemos cair no subjectivismo e em complacências de qualquer espécie, que retiram credibilidade à avaliação universitária a este nível. Aqui, como em tudo, o equilíbrio é o mais difícil, sabendo-se que a imparcialidade total é uma utopia, e que os próprios membros dos júris são seres humanos sujeitos a muitas contingencialidades e influências.

Qual a capacidade de liderança, de formação de novos investigadores, qual o grau de ressonância da pesquisa de cada candidato, qual o impacte dos seus trabalhos na comunidade científica (mesmo que nem sempre esta pareça reconhecer abertamente, ou assumir, essa “influência” conscientemente, o que é muito típico de um meio pequeno como Portugal), qual a real capacidade de adaptação, com motivação programática discernível, a novas metodologias/tecnologias/problemáticas revelada por um candidato, desde a docência à investigação?

Dir-se-á que o aspecto pedagógico é o mais difícil de avaliar; sem dúvida. É certo que ao concorrer para professor auxiliar o docente tem de apresentar um relatório sobre uma disciplina. Podemos também recorrer, até certo ponto, à “pública fama”, à voz corrente sobre a qualidade das suas aulas, sobre o seu desempenho, manifestada por alunos, e até plasmada na avaliação a que agora todos estamos permanentemente sujeitos. Mas com o devido cuidado pelo carácter precário desta informação subjectiva, avulsa, e em segunda mão.

É o docente um bom comunicador? Ele pode até não ter “nascido” com tal

vocação, e ter-se “feito em serviço”, pelo esforço, pela dedicação. Tanto mais importante quanto esta actividade é a que está menos publicamente exposta, ou seja, a que é menos visível extra-muros, entre os pares, pelo que muitos tendiam tradicionalmente a descurá-la em favor da produção curricular (sob a forma de publicações), mais visível e notória, e que “fica para o futuro”. O professor não pode nunca esquecer que é um profissional da comunicação – se possível, não apenas de conhecimento em segunda mão, mas de conhecido que ele também ajudou a construir, ou que, pelo menos, incorporou tão bem, que foi capaz de o tornar seu e de o “desenvolver” por si.

Mas, para além de tudo isso, poderá haver um bom professor que seja um mau investigador? E, ao contrário, será concebível um investigador de qualidade, numa época em que o trabalho em equipa, em rede, é capital, que possa realizar algo de produtivo se não for em regime de diálogo, de permuta, de ensinamento de outros?... Realmente, em teoria, pode admitir-se que um menos bom docente de licenciatura seja um orientador razoável, ou até bom, de mestrandos ou de doutorandos... Uma pessoa com menor propensão para a reflexão epistemológico-metodológica poderá ser um investigador honesto e coerente. Um indivíduo consciente das suas insuficiências (que, todos, temos muitas) poderá revelar-se mais positivo do que um temperamento arrogante, que afasta os outros pelo menosprezo que por eles revela. E com essa atitude pode estar a “queimar” vocações.

A diversidade de situações é a regra, e a abertura e isenção de quem julga, sempre fundamental... Às vezes, há pessoas com certa fama e notoriedade, hábeis no jogo social, sedutores ou cuidadosos gestores da sua imagem, que ganham foros de serem “muito bons” – e afinal o seu *curriculum*, quando dissecado, quando espremido, revela menos valor global do que o de outros, que em “low profile” souberam produzir metódica e paulatinamente uma obra, pautada por certa discrição ou até modéstia, mas que pode emparceirar com grande capacidade de trabalho e com a postura de seriedade e honestidade que são fundamentais.

Creio que facilitaria muito a tarefa dos candidatos e dos júris se, por áreas de especialidade, se especificassem certos itens a incluir nos *curricula* que depois vão ser avaliados, para além do facto evidente de o juízo último depender sempre do conhecimento aprofundado das matérias publicadas por cada qual.

Por exemplo, e sem pretender ser exaustivo, haveria, muito objectivamente, que explicitar (por parte do concorrente), e logicamente entrar em linha de conta (por parte do júri) com elementos como os seguintes:

- quais as publicações que o candidato realizou sozinho, e quais aquelas que efectuou em colaboração. Nestas últimas, e tanto quanto fosse possível objectivar, que contributo deu para o trabalho comum;
- que publicações colectivas o candidato dirigiu ou dirige (revistas, actas de

colóquios/congressos, etc.). A “actividade editorial” (no sentido anglo saxónico, evidentemente, de direcção científica de publicações) deveria ser mais valorizada entre nós;

- os colóquios/congressos em que participou com comunicação, e qual, e onde se encontra publicada. A pura e simples enumeração opaca de reuniões em que participou pouco diz da sua actividade;

- que livros publicou, e quem os editou; que repercussões tiveram em termos de utilização, citação por terceiros;

- se publicou em obras colectivas ou revistas internacionais (ou com repercussão no estrangeiro) prestigiadas, nomeadamente utilizando o veículo por excelência dos nossos tempos, a língua inglesa (a par de outras, naturalmente);

- se se preocupou em elaborar recensões críticas de obras de outros autores, revelando capacidade de absorção e diálogo com a produção alheia, estrangeira nomeadamente;

- se, para além da obra propriamente científica, se abriu ao exterior, realizando trabalhos voltados para a comunidade, actividades de “extensão universitária”, colaborando, por exemplo, em revistas e jornais com trabalhos de “alta divulgação”. Não se trata de pedir ao universitário que seja também “jornalista” ou algo do género, mas de avaliar se mantém uma atitude de diálogo com a comunidade extra-académica, atitude essa fundamental num “mundo de redes” como aquele em que vivemos;

- se se integrou em projectos nacionais e internacionais, nomeadamente em posições de liderança, e qual o resultado efectivo de tais projectos em termos de valor científico acrescentado e de formação de outrem;

- qual a sua participação em unidades de I&D da FCT, ou outras;

- que dissertações de mestrado e de doutoramento orientou e orienta, e qual o resultado obtido por essa actividade até ao momento (nomeadamente, qual o impacto da sua orientação sobre a própria produção e perfil profissional dos orientados). Qual a relação entre a sua produção científica individual e a de equipas em que participa, ou que eventualmente funcionam sob sua liderança?

- qual a sua participação em júris, tanto nacionais como internacionais, tanto académicos como não;

- qual a sua participação em cursos de pós-graduação realizados na sua universidade ou fora dela;

- quais as cadeiras que leccionou e, independentemente das “necessidades de serviço”, para que espectro de interesses (mais diversificado, menos diversificado, mais coerente, menos coerente) aponta essa actividade lectiva, e qual a sua relação com a obra produzida e publicada;

Em suma, e concluindo, é importante que a avaliação de um docente/investigador que concorre a um lugar do quadro da Universidade seja feita de uma forma integrada, profunda, capaz de traçar o verdadeiro trajecto científico e

CRITÉRIOS DE APRECIÇÃO E VALORAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: ALGUMAS NOTAS  
A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE UM DOCENTE DE “CIÊNCIAS HUMANAS”

pedagógico pós-doutoral. Esse é um trabalho que, para ser realizado em condições, exige bastante do júri, a cujos membros deveria talvez ser mais reconhecido, do que o é actualmente, o serviço público, de alta responsabilidade, que prestam.

Porto, Março de 2003.